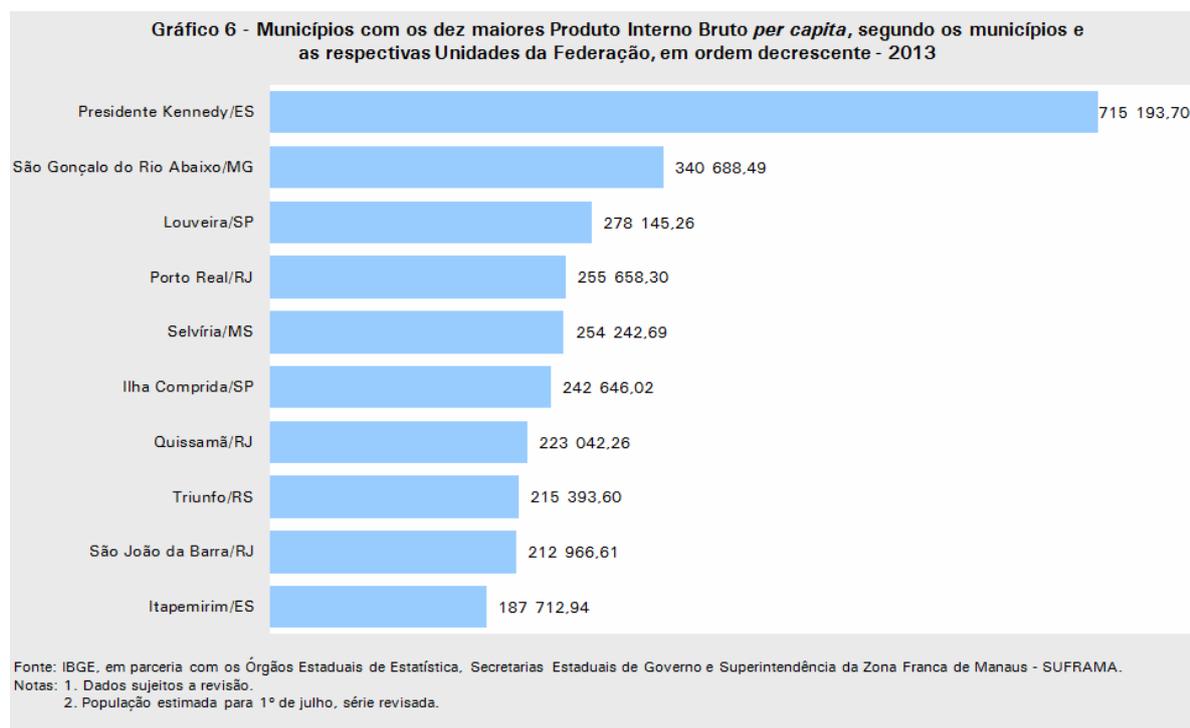


## PIB *per capita*

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU, em outubro de 2013, tendo 1º de julho de 2013 como data de referência.

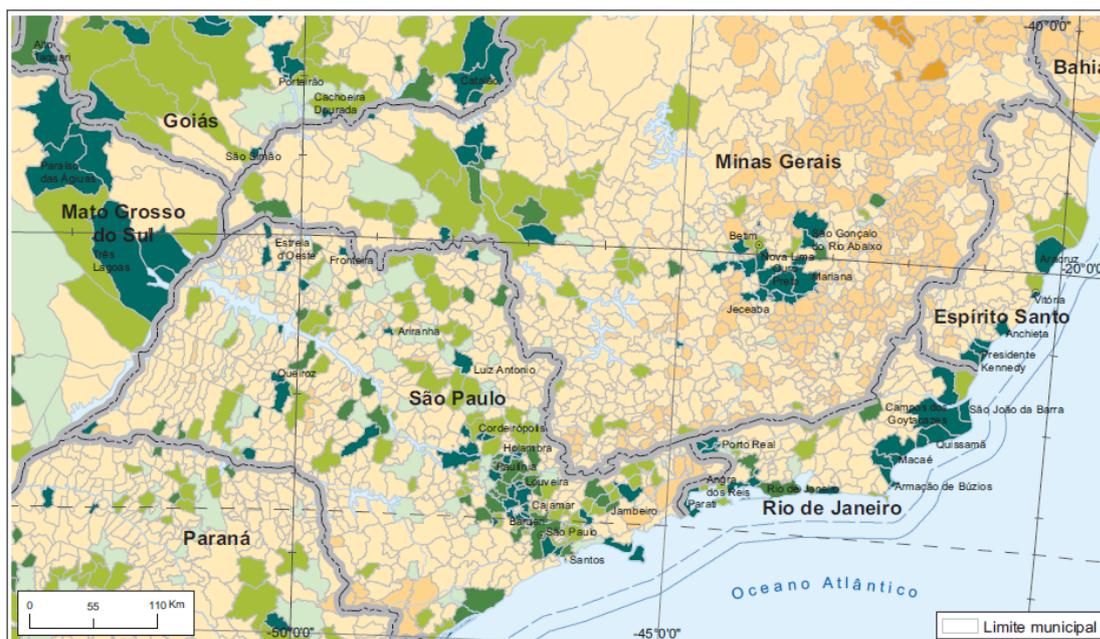
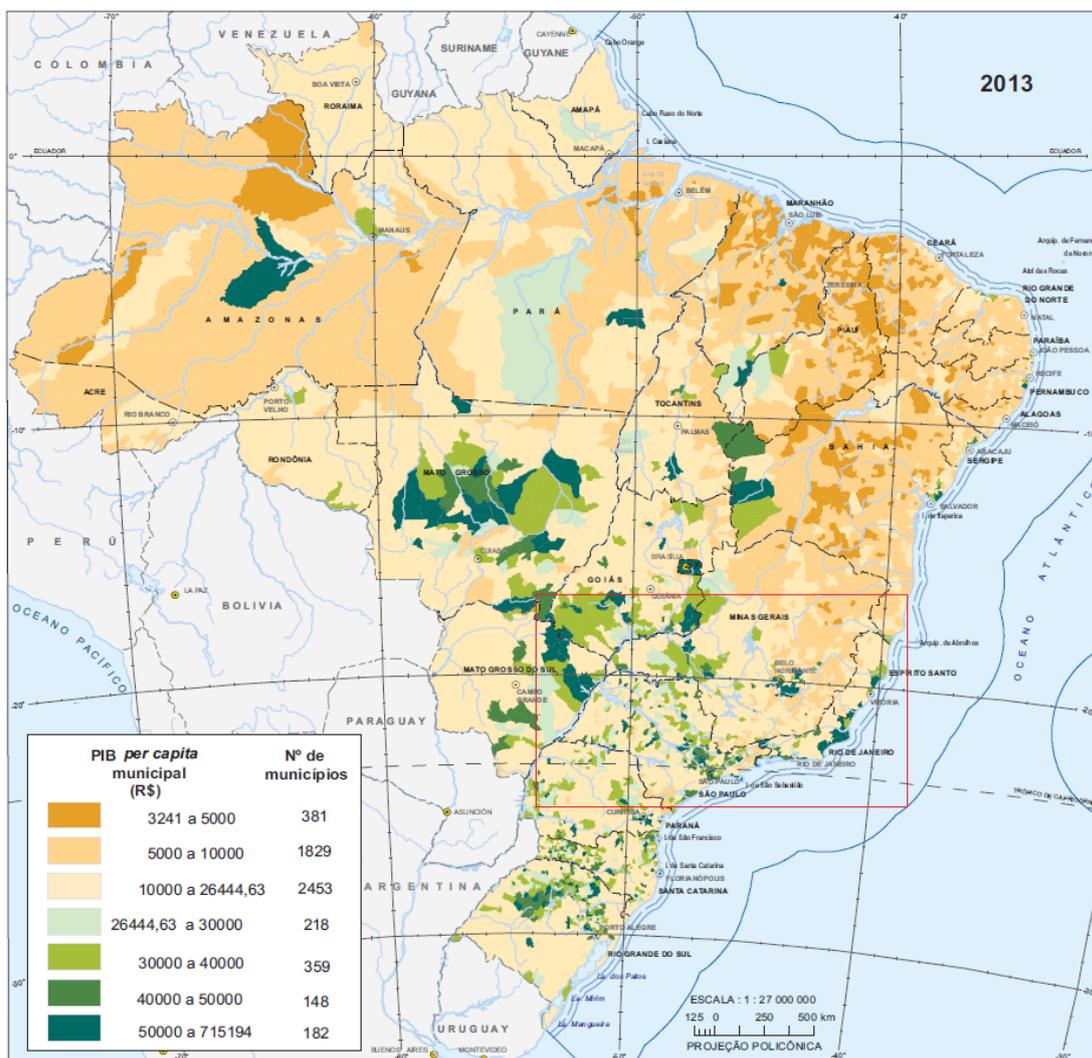
O Gráfico 6 apresenta os municípios com os dez maiores PIB *per capita*, segundo os Municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2013.



É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 4 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2013, foi de R\$ 26 444,63. Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

Mais de 30% dos municípios dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso apresentou PIB *per capita* superior ao nacional enquanto que nenhum município dos Estados do Acre e Roraima apresentou essa característica. Nas Regiões Norte e Nordeste do País, o número de municípios com PIB *per capita* superior ao nacional não ultrapassa a 12,5%.

Cartograma 4 - Produto Interno Bruto *per capita* - 2013



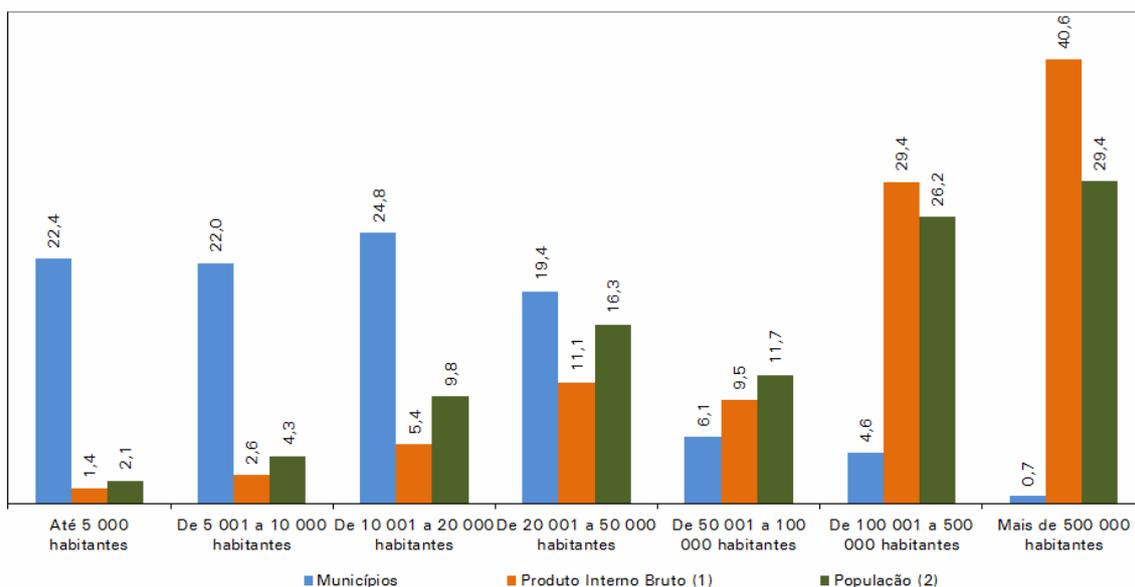
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Presidente Kennedy (ES), Ilha Comprida (SP), Quissamã (RJ), São João da Barra (RJ) e Itapemirim (ES) eram municípios produtores de petróleo. São Gonçalo do Rio Abaixo (Minas Gerais) está localizado na Região Central do Estado e a principal atividade do município era a extração de minério de ferro. Louveira (SP) concentrava centros de distribuição de grandes empresas. No Município de Porto Real (RJ) situava-se uma indústria automobilística. Selvíria (MS) produzia eucalipto para as indústrias de celulose e possuía hidroelétrica. O Município de Triunfo (RS), pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, era sede de um polo petroquímico importante. Esses municípios possuíam em comum baixa densidade demográfica. Estes dados também podem ser observados na Tabela de resultados 4.

O menor PIB *per capita*, em 2013, foi R\$ 3 241,29, verificado no município de Nina Rodrigues (MA). Este município sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 63,4% do valor adicionado bruto total.

O Gráfico 7 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente segundo faixas de população. As duas últimas faixas de população, isto é, os 298 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70% de toda a renda do País. Os 3 852 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10% da renda.

Gráfico 7 - Participações relativas do número de municípios, PIB e população, segundo as classes de tamanho de população - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.  
 (1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

A razão entre o PIB *per capita* de cada faixa e o nacional, segundo as faixas de população, em 2013, mostra que as duas últimas faixas, municípios com mais de 100 000 habitantes, apresentaram PIB *per capita* superior ao nacional.

Na Tabela 7, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem

decrecente. Em toda a série, Vitória (ES) possuía o PIB *per capita* mais alto entre as capitais, em 2013, correspondia a 2,4 vezes o PIB *per capita* brasileiro. No lado oposto, Maceió (AL) foi o menor em 2012 e 2013.

**Tabela 7 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2013**

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1)				População (1000 hab.) (2)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil (1)
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil		
Vitória/ES	64 001,91	1*	5*	106*	348	2,4
Brasília/DF	62 859,43	2*	1*	110*	2 790	2,4
São Paulo/SP	48 275,45	3*	45*	199*	11 822	1,8
Rio de Janeiro/RJ	43 941,25	4*	18*	262*	6 430	1,7
Curitiba/PR	42 934,38	5*	18*	278*	1 849	1,6
Porto Alegre/RS	39 091,64	6*	71*	350*	1 468	1,5
Belo Horizonte/MG	32 844,41	7*	52*	552*	2 479	1,2
Florianópolis/SC	32 385,04	8*	75*	568*	453	1,2
Manaus/AM	32 300,56	9*	2*	570*	1 982	1,2
Cuiabá/MT	31 016,19	10*	38*	643*	570	1,2
Recife/PE	29 037,18	11*	4*	743*	1 600	1,1
Goiânia/GO	29 034,21	12*	45*	744*	1 394	1,1
Campo Grande/MS	24 839,24	13*	29*	1 022*	832	0,9
Porto Velho/RO	23 638,78	14*	3*	1 113*	485	0,9
Natal/RN	23 412,52	15*	7*	1 144*	854	0,9
Aracaju/SE	22 646,67	16*	9*	1 223*	615	0,9
Palmas/TO	22 583,62	17*	13*	1 231*	258	0,9
São Luís/MA	21 948,82	18*	7*	1 309*	1 054	0,8
Boa Vista/RR	21 663,69	19*	1*	1 340*	309	0,8
Fortaleza/CE	19 494,40	20*	5*	1 606*	2 552	0,7
João Pessoa/PB	19 284,91	21*	6*	1 633*	770	0,7
Rio Branco/AC	18 946,97	22*	1*	1 689*	357	0,7
Macapá/AP	18 862,71	23*	3*	1 698*	437	0,7
Salvador/BA	18 264,13	24*	25*	1 775*	2 884	0,7
Belém/PA	18 074,07	25*	13*	1 808*	1 426	0,7
Teresina/PI	17 697,64	26*	5*	1 877*	836	0,7
Maceió/AL	16 439,48	27*	7*	2 094*	997	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

O Coeficiente calculado entre o PIB *per capita* da capital em relação ao PIB *per capita* nacional pode ser observado no quadro 3, a seguir. Observa-se que, em 2013, 12 capitais brasileiras possuíam coeficientes maior do que 1, isto é, PIB *per capita* maior do que o nacional. As capitais das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocupam a parte superior do quadro enquanto que as capitais das Regiões Norte e Nordeste a parte inferior.

**Quadro 3 - Coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2010-2013**

2010		2011		2012		2013 (1)	
Vitória/ES	3,3	Vitória/ES	3,3	Vitória/ES	3,0	Vitória/ES	2,4
Brasília/DF	2,8	Brasília/DF	2,7	Brasília/DF	2,6	Brasília/DF	2,4
São Paulo/SP	2,0	São Paulo/SP	2,0	São Paulo/SP	1,9	São Paulo/SP	1,8
Curitiba/PR	1,7	Curitiba/PR	1,7	Rio de Janeiro/RJ	1,6	Rio de Janeiro/RJ	1,7
Rio de Janeiro/RJ	1,7	Rio de Janeiro/RJ	1,6	Curitiba/PR	1,6	Curitiba/PR	1,6
Porto Alegre/RS	1,5	Porto Alegre/RS	1,5	Porto Alegre/RS	1,6	Porto Alegre/RS	1,5
Manaus/AM	1,4	Manaus/AM	1,4	Florianópolis/SC	1,3	Belo Horizonte/MG	1,2
Florianópolis/SC	1,3	Florianópolis/SC	1,3	Belo Horizonte/MG	1,3	Florianópolis/SC	1,2
Belo Horizonte/MG	1,3	Belo Horizonte/MG	1,2	Manaus/AM	1,2	Manaus/AM	1,2
Cuiabá/MT	1,2	Goiânia/GO	1,2	Cuiabá/MT	1,2	Cuiabá/MT	1,2
Goiânia/GO	1,1	Porto Velho/RO	1,1	Goiânia/GO	1,2	Recife/PE	1,1
Recife/PE	1,1	Cuiabá/MT	1,1	Recife/PE	1,1	Goiânia/GO	1,1
Porto Velho/RO	1,1	Recife/PE	1,1	Porto Velho/RO	1,1	Campo Grande/MS	0,9
Campo Grande/MS	1,0	Campo Grande/MS	1,0	Campo Grande/MS	1,0	Porto Velho/RO	0,9
São Luís/MA	0,9	São Luís/MA	0,9	São Luís/MA	0,9	Natal/RN	0,9
Boa Vista/RR	0,9	Natal/RN	0,9	Natal/RN	0,9	Aracaju/SE	0,856
Palmas/TO	0,9	Boa Vista/RR	0,9	Aracaju/SE	0,9	Palmas/TO	0,9
Natal/RN	0,9	Aracaju/SE	0,8	Palmas/TO	0,8	São Luís/MA	0,8
Aracaju/SE	0,9	Palmas/TO	0,8	Boa Vista/RR	0,8	Boa Vista/RR	0,8
Rio Branco/AC	0,8	Fortaleza/CE	0,7	João Pessoa/PB	0,8	Fortaleza/CE	0,7
Fortaleza/CE	0,8	Salvador/BA	0,7	Fortaleza/CE	0,8	João Pessoa/PB	0,7
Salvador/BA	0,8	Rio Branco/AC	0,7	Rio Branco/AC	0,7	Rio Branco/AC	0,7
João Pessoa/PB	0,8	João Pessoa/PB	0,7	Macapá/AP	0,7	Macapá/AP	0,7
Macapá/AP	0,7	Belém/PA	0,7	Belém/PA	0,7	Salvador/BA	0,7
Belém/PA	0,7	Macapá/AP	0,7	Salvador/BA	0,7	Belém/PA	0,7
Maceió/AL	0,7	Maceió/AL	0,7	Teresina/PI	0,7	Teresina/PI	0,7
Teresina/PI	0,7	Teresina/PI	0,7	Maceió/AL	0,7	Maceió/AL	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

■ Norte   
 ■ Nordeste   
 ■ Sudeste   
 ■ Sul   
 ■ Centro-Oeste

O PIB *per capita* dos 557 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 5 382,11. Entre esses municípios, estavam 56,7% dos municípios do Maranhão; 54,5% do Piauí; 40,8% do Ceará e 31,2% da Bahia.

Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 3 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 5,3 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores da Região Sul são significativamente os menores. Na medida em que

o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 8, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

**Tabela 8 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)					Coeficiente de assimetria de <i>Ecwley</i>
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
<b>Brasil</b>	<b>3 241,29</b>	<b>7 076,61</b>	<b>12 621,81</b>	<b>21 262,65</b>	<b>715 193,70</b>	<b>0,22</b>
Norte	3 585,40	7 473,65	10 202,58	13 933,46	118 954,21	0,16
Nordeste	3 241,29	5 218,24	6 231,71	8 058,88	158 424,64	0,29
Sudeste	4 222,20	9 996,83	14 773,29	22 442,21	715 193,70	0,23
Sul	5 382,11	17 121,02	22 123,21	29 914,05	215 393,60	0,22
Centro-Oeste	6 581,73	13 098,75	17 851,03	27 342,90	254 242,69	0,33

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Como mencionado anteriormente, o PIB *per capita* brasileiro, em 2013, era de R\$ 26 444,63 (CONTAS..., 2015, tab. 6), muito superior ao valor do terceiro quartil, que era de R\$ 21 262,65, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País, aproximadamente 75% maior do que a mediana da renda nacional. Os quartis da Região Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 8 058,88. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

Para cada uma das Grandes Regiões calculou-se o número de municípios que possuíam PIB *per capita* atípicos. Considerou-se atípico os municípios cujo *per capita* foram superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartilica. Desse modo, o conjunto de pontos atípicos representavam 5,6% dos municípios da Região Norte; 9,9% dos municípios da Região Nordeste; 7,4% dos municípios da Região Sudeste; 4,5% dos municípios da Região Sul; e 7,7% dos municípios da Região Centro-Oeste.

## **Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica**

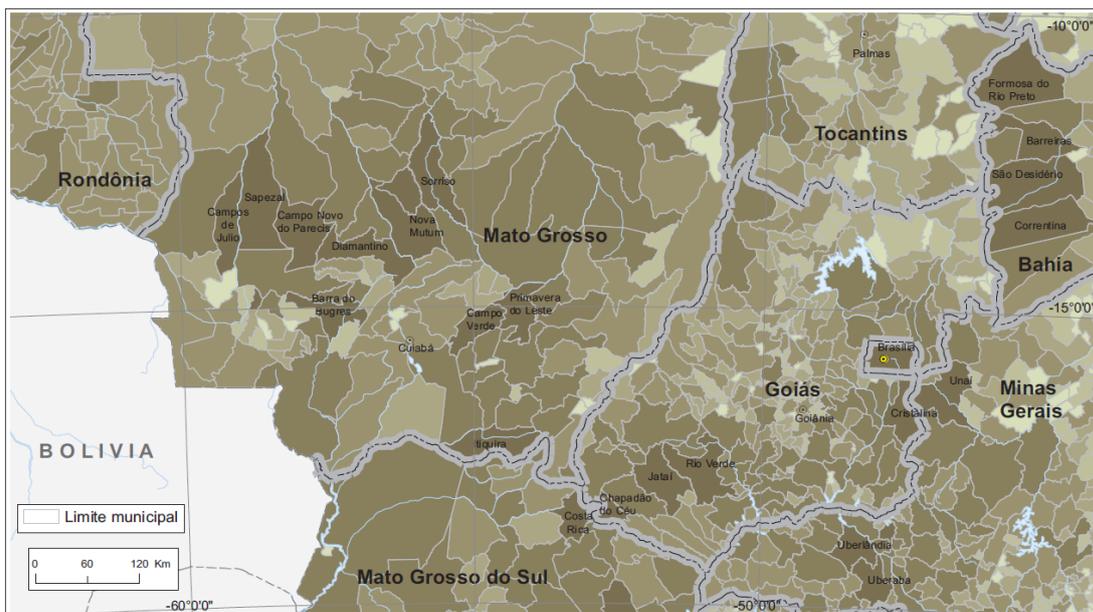
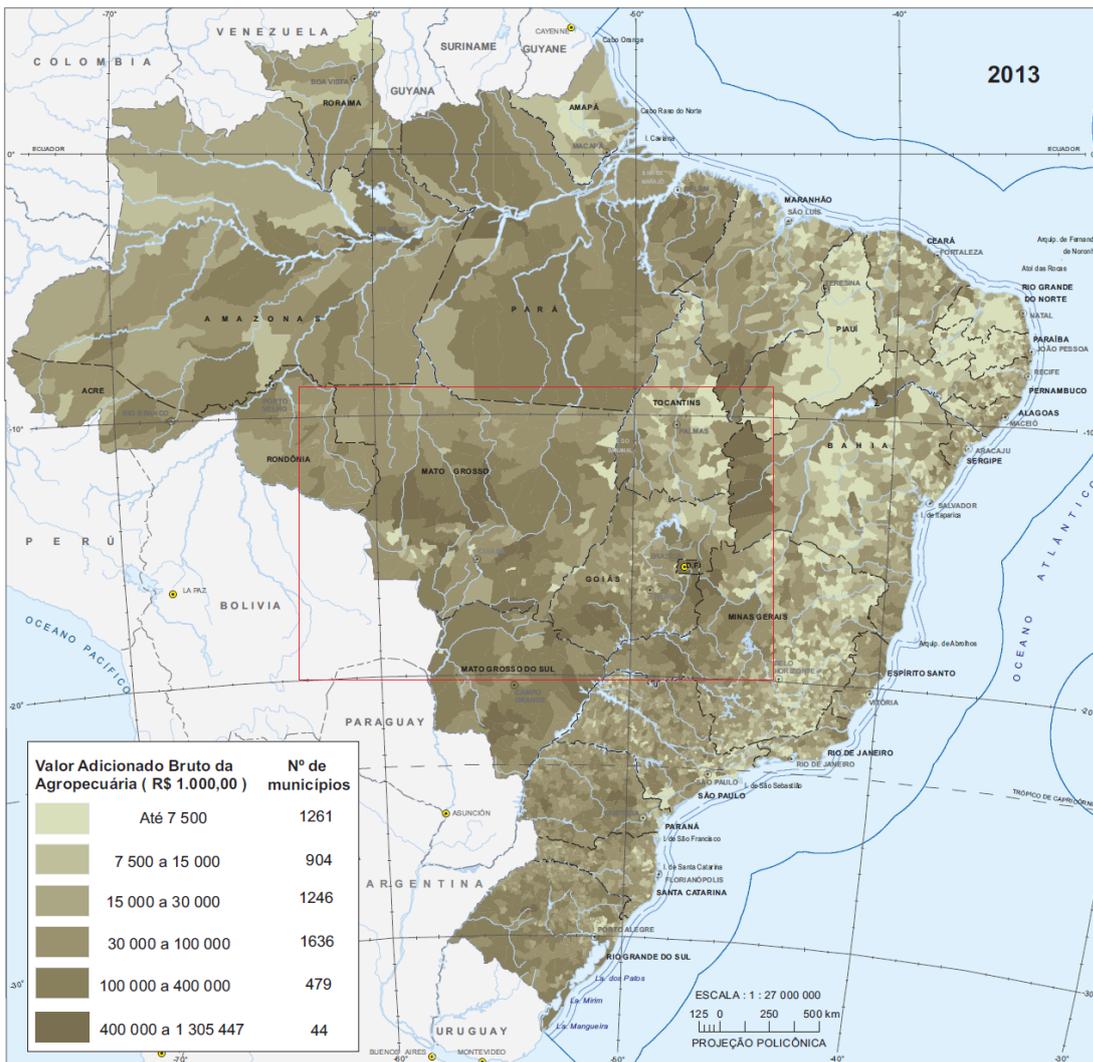
A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado bruto dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços. Apesar de pertencer à atividade Serviços, o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social é excluído da análise do setor de Serviços e posteriormente analisado em separado.

### **Valor adicionado bruto da Agropecuária**

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária (Gráfico 1) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade Agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O índice de Gini no Brasil, em 2013, para essa atividade, foi de 0,61. Os índices mais altos do que o obtido para o País foram observados nos Estados Piauí (0,66), Rio Grande do Norte (0,65), Goiás (0,63), Bahia (0,62) e Mato Grosso (0,62). No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidade da Federação.

O Cartograma 5 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da Agropecuária. Nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará com 45,6%, 35,5% e 32,6%, respectivamente, dos municípios encontravam-se nas duas maiores faixas.

**Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da Agropecuária – 2013**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 9 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País, para os anos de 2010 a 2013. Observa-se que, em 2013, 166 maiores municípios agregavam aproximadamente 25,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil e 861 municípios, que pertenciam à última faixa, agregavam apenas 1,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária podem ser observados na Tabela de resultados 5.

**Tabela 9 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil - 2010-2013**

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
<b>2010</b>						
Até 25%	209	3,8	10,7	209	3,8	10,7
De 25% a 50%	526	9,5	12,1	735	13,2	22,8
De 50% a 75%	1062	19,1	20,6	1797	32,3	43,5
De 75% a 95%	1948	35,0	33,7	3 745	67,3	77,2
De 95% a 99%	1049	18,8	11,6	4 794	86,1	88,8
De 99% a 100%	771	13,9	11,2	5 565	100,0	100,0
<b>2011</b>						
Até 25%	191	3,4	9,2	191	3,4	9,2
De 25% a 50%	513	9,2	11,7	704	12,7	20,9
De 50% a 75%	1053	18,9	22,0	1 757	31,6	42,9
De 75% a 95%	1988	35,7	34,3	3 745	67,3	77,2
De 95% a 99%	1063	19,1	11,3	4 808	86,4	88,5
De 99% a 100%	757	13,6	11,5	5 565	100,0	100,0
<b>2012</b>						
Até 25%	149	2,7	7,9	149	2,7	7,9
De 25% a 50%	459	8,2	11,5	608	10,9	19,4
De 50% a 75%	1008	18,1	20,7	1 616	29,0	40,1
De 75% a 95%	1983	35,6	35,8	3 599	64,7	75,9
De 95% a 99%	1104	19,8	12,3	4 703	84,5	88,2
De 99% a 100%	862	15,5	11,8	5 565	100,0	100,0
<b>2013 (2)</b>						
Até 25%	166	3,0	8,5	166	3,0	8,5
De 25% a 50%	465	8,3	11,2	631	11,3	19,7
De 50% a 75%	1009	18,1	22,8	1 640	29,4	42,5
De 75% a 95%	1972	35,4	34,3	3 612	64,8	76,9
De 95% a 99%	1097	19,7	12,0	4 709	84,5	88,8
De 99% a 100%	861	15,5	11,2	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

<sup>1</sup> Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Na Tabela 10, foram destacados os 14 municípios com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, que, juntos, representavam, aproximadamente 5,0% do total em 2013.

O município baiano de São Desidério, localizado no extremo oeste do estado tem a agricultura irrigada como a base da economia do município. O município possui condições climáticas favoráveis e uma das maiores bacias hidrográficas da Região Nordeste. Segundo a PAM 2013, esse município foi o maior produtor de algodão herbáceo, porém, em decorrência da estiagem e da incidência de pragas, teve redução da produtividade. Os preços não foram muito afetados por ser um algodão de alta qualidade.

**Tabela 10 - Valor adicionado bruto da Agropecuária e participações relativa e acumulada, segundo os municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2013**

Municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Agropecuária		
	Total (1000 R\$)	Participações (%)	
		Relativa	Relativa acumulada
São Desidério/BA	1305 447	0,5	0,5
Rio Verde/GO	1058 687	0,4	1,0
Sorriso/MT	963 281	0,4	1,4
Ulianópolis/PA	931 070	0,4	1,8
Jataí/GO	915 498	0,4	2,2
Campo Novo do Parecis/MT	905 582	0,4	2,5
Sapezal/MT	851 758	0,4	2,9
Cristalina/GO	755 256	0,3	3,2
Diamantino/MT	753 602	0,3	3,5
Formosa do Rio Preto/BA	750 086	0,3	3,8
Campo Verde/MT	722 030	0,3	4,1
Balsas/MA	671 310	0,3	4,4
Nova Mutum/MT	648 592	0,3	4,7
Manacapuru/AM	621 820	0,3	4,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

No Município de Rio Verde (GO), a atividade produtiva era integrada, envolvendo a produção agropecuária e o seu processamento em escala industrial especialmente o ramo alimentício. A dinâmica dessas duas atividades também impulsionaram os setores de serviço e de transporte. O destaque, nas lavouras temporárias, foi a produção de grãos, principalmente milho e sorgo, cana-de-açúcar, café e soja. Na pecuária, o município se destacou na criação de suínos. A silvicultura também ganhou participação no município.

O município de Sorriso (MT) foi o que obteve o maior valor de produção nas lavouras e na aquicultura, segundo a PAM e a PPM<sup>2</sup> 2013. Esse município se destacou como o maior

<sup>2</sup> Para informações complementares, consultar em: Pesquisa pecuária municipal – PPM. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2014/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2014/default_xls.shtm) Acesso em: out. 2015.

produtor de soja e milho do País. Tem por principais atividades econômicas a agricultura (milho e soja), pecuária (criação de suínos, frangos e bovinos), extrativismo vegetal, agro-indústria baseada no processamento de produtos da cadeia do agronegócio e comércio.

No município de Ulianópolis (PA) a principal atividade agrícola era o cultivo de cana de açúcar voltada para atender a uma usina na região e também o cultivo de soja vinha se expandindo devido à proximidade com o município de Paragominas (maior produtor de soja do Estado). Outro produto que apresentou bom desempenho em 2013 foi o arroz com aumento da área plantada, quantidade produzida e valor da produção de 225%, 174% e 292% respectivamente.

O município de Jataí (GO) está situado na microrregião Sudoeste Goiano. No ano de 2013, o município destacou-se na produção de grãos como milho (segundo maior produtor nacional), algodão, soja, cana-de-açúcar e feijão. Corrobora para o desempenho da atividade agropecuária municipal a localização que facilita o escoamento de sua produção para outras localidades.

O município Campo Novo do Parecis (MT) está localizado na região oeste do Estado. Os principais produtos agrícolas cultivados no município eram: soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e girassol. Na pecuária destacou-se o rebanho bovino, suíno e galináceos. O setor industrial tinha importância na produção de álcool, fabricação de adubos e fertilizantes e na preparação de fibras de algodão.

No município de Sapezal (MT), localizado na região oeste de Mato Grosso, os principais produtos cultivados eram soja, algodão (maior produtor estadual) e milho. A indústria do município utilizava parte da produção agrícola na fabricação de biocombustíveis, de modo geral, é direcionada ao beneficiamento de produtos da cadeia do agronegócio.

O município de Cristalina (GO) possuía agricultura diversificada e caracterizou-se por ser grande produtor de tomate. Segundo a PAM 2013, obteve o segundo maior valor de produção das lavouras. Importante produtor de milho, soja e feijão.

O município de Diamantino (MT) fica a cerca de 200 km da capital. Destacou-se na produção de milho, soja e cana-de-açúcar, galináceos e rebanho suíno.

Formosa do Rio Preto (BA) está localizado ao extremo noroeste baiano, seu principal setor de atividade era o agropecuário e tinha como principais culturas: soja, algodão e milho. É o maior município em extensão territorial da Bahia e tem se destacado nos últimos anos como área de expansão da fronteira agrícola baiana.

O Município de Campo Verde (MT), localizado na região sudeste do estado, tinha economia baseada na produção agropecuária, sendo soja e algodão os principais produtos. Na pecuária, tinha destaque a produção de aves e ovos e também era importante na criação de suínos. A Agropecuária estava completamente integrada com a Indústria e os Serviços, já que as indústrias do município eram responsáveis pelo beneficiamento da produção agropecuária (fabricação de biocombustíveis, fibras do algodão e rações para animais) e o

setor de Serviços era voltado à comercialização da sua produção, de insumos, máquinas e equipamentos, representação comercial e armazéns gerais.

O município de Balsas (MA) era importante produtor de soja no País e, em 2013, apresentou aumento expressivo na produção de milho em 2013.

Em Nova Mutum (MT) os principais produtos agrícolas cultivados foram: milho, soja e algodão e havia considerável efetivo de galináceos e suínos no município.

Manacapuru (AM) era grande produtor de mandioca e se destacou por ter acentuados acréscimos no valor de suas produções frutícolas.

## **Valor adicionado bruto da Indústria**

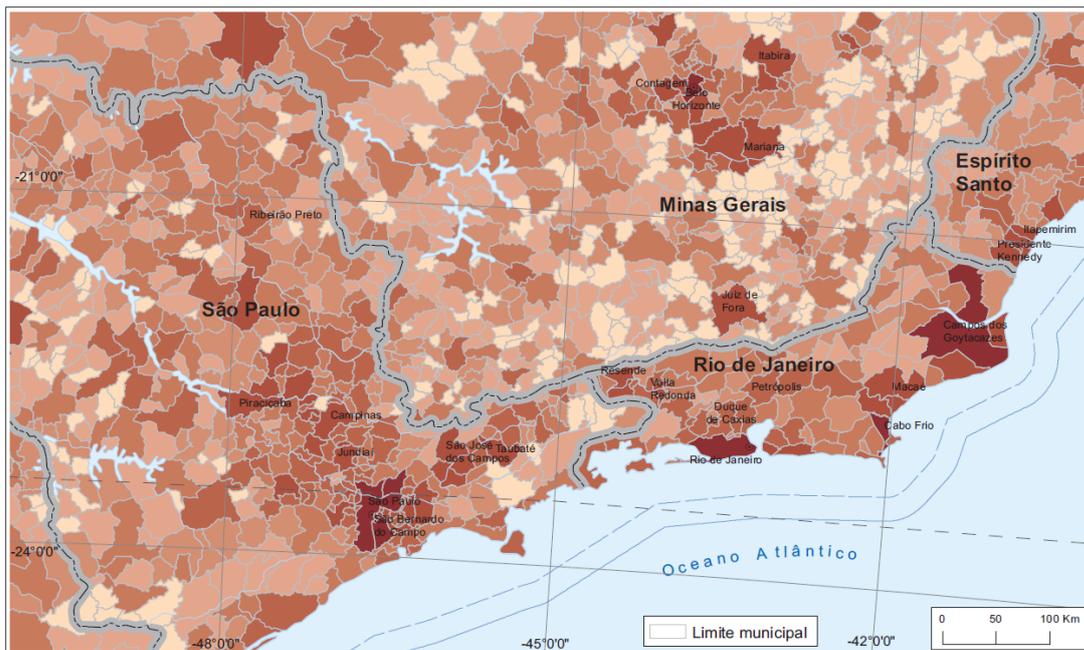
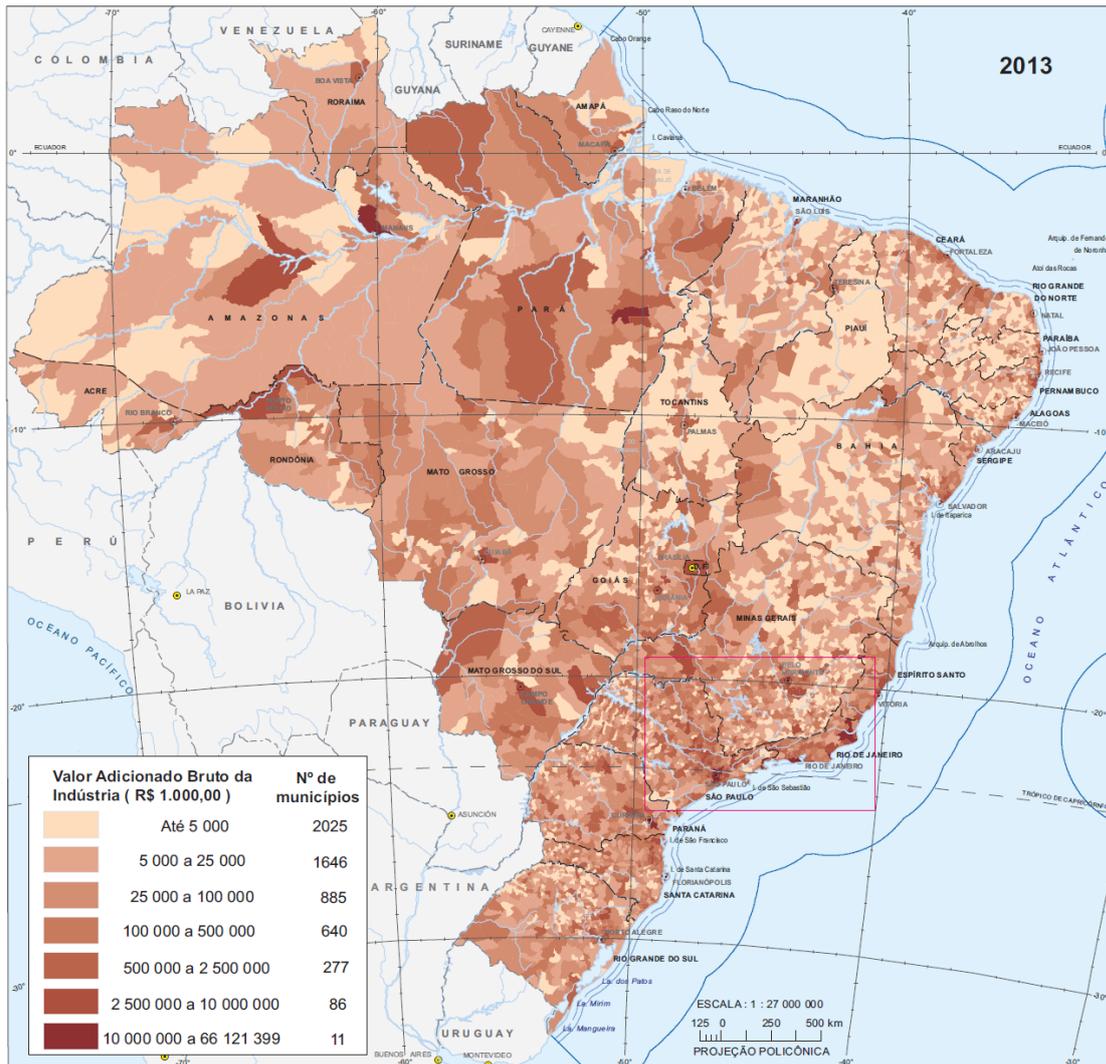
A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria (Gráfico 1) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Cumpre atentar para o fato da atividade industrial, quando comparada às demais atividades, ser a que apresenta a maior concentração: o índice de Gini no Brasil, em 2013, para essa atividade, foi de 0,91. Esse índice permaneceu praticamente inalterado ao longo de toda a série<sup>3</sup>. Os índices superiores ao obtido para o País foram observados nos Estados do Amazonas (0,96) e Piauí (0,92). No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidade da Federação.

O Cartograma 6 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado bruto industrial, com aproximadamente 33,7% e 16,9% dos municípios, respectivamente, nas três maiores faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão, onde mais de 50,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

---

<sup>3</sup>Retirou-se do cálculo do índice de Gini da indústria o valor dos municípios com o valor adicionado bruto (VAB) industrial negativo, em 2013.

**Cartograma 6 - Valor adicionado bruto da Indústria – 2013**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 11 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa<sup>4</sup> no valor adicionado bruto da Indústria do País, para os anos de 2010 a 2013. Pode-se destacar que, em 2013, apenas 14 maiores municípios concentravam aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do valor adicionado bruto da Indústria e esta faixa concentrava 15,9% da população brasileira.

Em 2013, com 73 municípios, chegou-se à metade do valor adicionado bruto da Indústria e a 30,2% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 3 307 municípios, que pertenciam à última faixa, responderam por 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria e concentraram 16,7% da população. Estes números representam a grande concentração da indústria no Território Nacional. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Indústria podem ser observados na Tabela de resultados 6.

Como mencionado anteriormente, no período de 2010 a 2013, a indústria perdeu participação no valor adicionado bruto no País, entretanto o segmento indústria extrativa apresentou expressivo crescimento em função da variação de preços, em especial dos preços do petróleo<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do País ordenada de forma decrescente.

<sup>5</sup> Preços médios anuais em dólares por barril Europe Brent Spot Price FOB: 2010: 79,51; 2011: 111,26; 2012: 111,65 e 2013: 108,64

Acessado de <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRTE&f=M> em outubro de 2015

**Tabela 11 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil - 2010-2013**

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
<b>2010</b>						
Até 25%	13	0,2	16,1	13	0,2	16,1
De 25% a 50%	50	0,9	12,6	63	1,1	28,8
De 50% a 75%	178	3,2	18,0	241	4,3	46,8
De 75% a 95%	853	15,3	23,8	1094	19,7	70,5
De 95% a 99%	1440	25,9	14,8	2 534	45,5	85,4
De 99% a 100%	3 031	54,5	14,6	5 565	100,0	100,0
<b>2011</b>						
Até 25%	13	0,2	16,0	13	0,2	16,0
De 25% a 50%	54	1,0	13,7	67	1,2	29,7
De 50% a 75%	185	3,3	18,1	252	4,5	47,8
De 75% a 95%	858	15,4	23,0	1 110	19,9	70,7
De 95% a 99%	1403	25,2	14,5	2 513	45,2	85,2
De 99% a 100%	3 052	54,8	14,8	5 565	100,0	100,0
<b>2012</b>						
Até 25%	13	0,2	15,7	13	0,2	15,7
De 25% a 50%	56	1,0	13,8	69	1,2	29,5
De 50% a 75%	188	3,4	19,1	257	4,6	48,6
De 75% a 95%	831	14,9	21,9	1 088	19,6	70,6
De 95% a 99%	1145	20,6	12,4	2 233	40,1	83,0
De 99% a 100%	3 332	59,9	17,0	5 565	100,0	100,0
<b>2013 (2)</b>						
Até 25%	14	0,3	15,9	14	0,3	15,9
De 25% a 50%	59	1,1	14,3	73	1,3	30,2
De 50% a 75%	182	3,3	18,4	255	4,6	48,6
De 75% a 95%	845	15,2	22,1	1 100	19,7	70,7
De 95% a 99%	1163	20,9	12,6	2 263	40,6	83,3
De 99% a 100%	3 307	59,4	16,7	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

Em contrapartida, a partir de 2011, com aumento no preço do petróleo (principal insumo da indústria do refino) houve elevação substancial no consumo intermediário da indústria do refino. Além disso, os preços dos derivados do petróleo permaneceram estáveis, fazendo com que a receita obtida com esses produtos ficasse praticamente inalterada, implicando, por consequência, na estabilidade do valor bruto da produção. Sendo assim, de um lado crescimento no consumo intermediário e do outro a estabilidade no valor bruto da produção tem como consequência a queda significativa no valor adicionado bruto da indústria do refino. A indústria do refino de petróleo é uma atividade concentrada em poucos municípios e, desse modo, alguns municípios foram significativamente afetados e ficaram com valor bruto da produção industrial negativo. É o caso dos municípios de Guamaré (Rio

Grande do Norte), São Francisco do Conde (BA) e Araucária (PR) para os anos de 2011 a 2013 e do município de Paulínia (SP) no biênio 2012 e 2013.

Outro fator importante no período de 2011 a 2013 foi o recuo da participação das hidrelétricas e o avanço da produção das térmicas no País. Esse fato acarretou aumento de custos levando a ser negativo o valor adicionado bruto industrial dos municípios de Candiota (RS) e Guadalupe (PI).

Em 2013, São Paulo (SP) manteve-se como o principal polo industrial do País, com participação relativa de 5,8%. O Município de Campos dos Goytacazes (RJ) – concentrador de atividades de exploração de petróleo e gás natural - ocupava a segunda colocação nesse *ranking*, com 3,3% seguido do município do Rio de Janeiro (RJ), com 3,3%. Manaus (AM), onde está localizado o parque industrial do estado, gerou 1,9%, do valor adicionado bruto nacional. Desde 2010, esses municípios eram os quatro maiores municípios industriais.

O quinto maior município industrial, Belo Horizonte (MG) se destacava no segmento fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral, fabricação de equipamentos de informática e metalurgia e gerava 1,4% do valor adicionado bruto industrial. Parauapebas (PA), onde se situavam grandes empreendimentos na área de mineração, com a extração de minério de ferro e de manganês, gerava 1,4% do valor adicionado bruto industrial nacional em 2013. O Município de Curitiba (PR) está localizado em uma posição geográfica estratégica, próximo aos países do Mercosul, do Estado de São Paulo, além da proximidade com os portos de Paranaguá e Antonina (localizados no Paraná), e de Navegantes e São Francisco (SC). Com destaque para a indústria de transformação, em 2013 contemplou diversos segmentos dos mais variados níveis tecnológicos como: fabricação de automóveis e peças, camionetas e tratores agrícolas; de produtos da linha branca; de equipamentos de informática e outros; participava com 1,3% do VAB industrial. São Bernardo do Campo (SP) gerou 1,1% do valor adicionado bruto da Indústria do País. Destacou-se na indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosméticos. O Município de Guarulhos (SP) possuía indústria diversificada, com destaque para os segmentos metal-mecânico, farmacêutico, de máquinas e equipamentos e material elétrico participou com 1,0% do valor adicionado bruto nacional. São José dos Pinhais (PR) contribuiu com 0,9% para o valor adicionado bruto industrial do País. O município do Estado do Rio de Janeiro, Cabo Frio, gerou aproximadamente 0,9% do valor adicionado industrial, em 2013. O VAB industrial estava associado à exploração de petróleo e gás natural. No Distrito Federal, segundo resultado das Contas Regionais 2013, o segmento industrial de maior peso era a construção civil, que pesava 65,4% do valor adicionado bruto da Indústria, gerou 0,9%. Campinas (SP) contribuía com 0,9%. O município do Estado do Rio de Janeiro, Rio das Ostras gerou aproximadamente 0,8% do valor adicionado industrial, em 2013. Tal como o município de Cabo Frio, tinha economia associada à exploração de petróleo e gás natural.

Na Tabela 12 é apresentado o valor adicionado bruto industrial dos 31 municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto industrial nacional, em 2013.

Foram verificadas variações positivas nos municípios de São José dos Pinhais (PR), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Recife (PE), Manaus (AM), Piracicaba (SP), Nova Lima (MG) e Belo Horizonte (MG).

O avanço na participação do município paranaense de São José dos Pinhais foi função do segmento fabricação de automóveis e outros equipamentos de transporte, da química, da fabricação de minerais não metálicos e cabos e de condutores elétricos.

A atividade construção civil, incluindo obras de infraestrutura para os grandes eventos realizados no Estado, foi a principal responsável pelo ganho de participação do município do Rio de Janeiro (RJ). O ganho de participação de Curitiba (PR) deveu-se ao setor automotivo e Manaus (AM) ganhou participação em função da construção civil e de alguns segmentos industriais como fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, metalurgia e fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Em Recife (PE) o ganho de participação é justificado pela construção civil, sobretudo a construção de edifícios, tanto para moradia como para negócios. Em Piracicaba (SP) a ampliação de uma fábrica de automóveis foi a principal responsável pelo ganho de participação. No município mineiro de Nova Lima foram implantados projetos relacionados à mineração com ampliação da capacidade de produção, especialmente do minério de ferro e, em Belo Horizonte (MG) os segmentos responsáveis pelo ganho de participação foram metalurgia e construção civil.

As perdas de participação no VAB da indústria dos municípios de Campos dos Goytacazes (RJ), Rio das Ostras (RJ) e Cabo Frio (RJ) ocorreram em função da queda de produção de petróleo e certa estabilidade nos preços em 2013 quando comparados ao ano de 2012<sup>6</sup>.

Os decréscimos da participação relativa do VAB da Indústria verificados nos municípios de São Paulo (SP) e de São Bernardo do Campo (SP) ocorreram no segmento da indústria de transformação. Em São José dos Campos (SP) a perda de participação foi devida ao segmento fabricação de automóveis e do segmento indústria do refino e, em Guarulhos (SP), em função da construção civil.

---

<sup>6</sup> Efeito volume: Segundo a Agência Nacional do Petróleo – ANP, a produção do Rio de Janeiro de barris de petróleo foi, em 2012, de 561.482.223 e, em 2013, de 532.036.602. Esses dados apontam para uma variação negativa de 5,24%. <http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps> acesso em outubro de 2015.  
Efeito preço: Como já mencionado em nota anterior, o preço médio do barril, em dólares foi em 2012 de 111,65 e, em 2013 de 108,64. Aplicando-se a taxa média de câmbio, em 2012 e 2013 de 1,9547 e 2,1602; respectivamente. obtém-se: 218,24 e 234,68. O que produz uma variação de preços, em reais, de: 7,5 – muito próximo da variação de preços da economia. A taxa de câmbio foi acessada de: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores> em outubro de 2015.

**Tabela 12 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto da Indústria, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010-2013**

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Indústria				
	Participação relativa (%)				Diferença absoluta 2012/2013 (%)
	2010	2011	2012	2013 (1)	
São José dos Pinhais/PR	0,7	0,8	0,7	0,9	0,2
Rio de Janeiro/RJ	3,0	2,9	3,1	3,3	0,2
Curitiba/PR	1,2	1,3	1,2	1,3	0,1
Manaus/AM	2,2	2,2	1,8	1,9	0,1
Recife/PE	0,5	0,5	0,6	0,7	0,1
Piracicaba/SP	0,4	0,5	0,4	0,5	0,1
Nova Lima/MG	0,4	0,4	0,5	0,5	0,1
Belo Horizonte/MG	1,2	1,3	1,3	1,4	0,1
Goiânia/GO	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Campinas/SP	0,8	0,8	0,8	0,9	0,0
Uberlândia/MG	0,6	0,5	0,5	0,6	0,0
Macaé/RJ	0,6	0,6	0,6	0,6	-0,0
Parauapebas/PA	1,3	1,7	1,4	1,4	-0,0
Salvador/BA	0,8	0,7	0,7	0,7	-0,0
Jundiaí/SP	0,7	0,7	0,7	0,7	-0,0
Fortaleza/CE	0,7	0,7	0,7	0,7	-0,0
Contagem/MG	0,6	0,6	0,5	0,5	-0,0
Betim/MG	1,1	0,7	0,6	0,5	-0,0
Caxias do Sul/RS	0,7	0,7	0,7	0,7	-0,0
Joinville/SC	0,8	0,7	0,7	0,7	-0,0
Sorocaba/SP	0,7	0,7	0,7	0,7	-0,0
Presidente Kennedy/ES	0,3	0,5	0,6	0,6	-0,0
Brasília/DF	1,0	0,9	0,9	0,9	-0,1
Guarulhos/SP	1,1	1,1	1,0	1,0	-0,1
São José dos Campos/SP	1,2	0,8	0,7	0,6	-0,1
São Bernardo do Campo/SP	1,6	1,4	1,2	1,1	-0,1
Porto Alegre/RS	0,6	0,7	0,7	0,6	-0,1
Cabo Frio/RJ	0,6	0,7	1,0	0,9	-0,1
Rio das Ostras/RJ	0,6	0,8	0,9	0,8	-0,1
São Paulo/SP	6,4	6,2	6,0	5,8	-0,1
Campos dos Goytacazes/RJ	2,7	3,3	3,8	3,3	-0,4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O município de Porto Alegre (RS) recua na participação no VAB da indústria em função dos segmentos: fabricação de produtos de metal e metalurgia, elétricos e eletrônicos e construção civil. Em Brasília (DF) o segmento da indústria de transformação foi responsável pelo recuo.

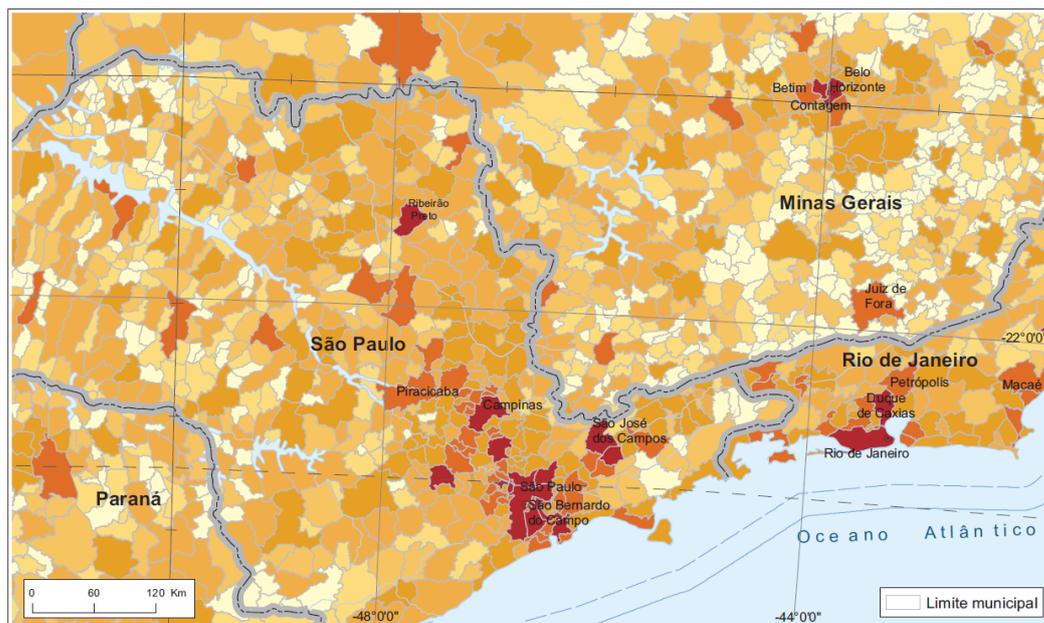
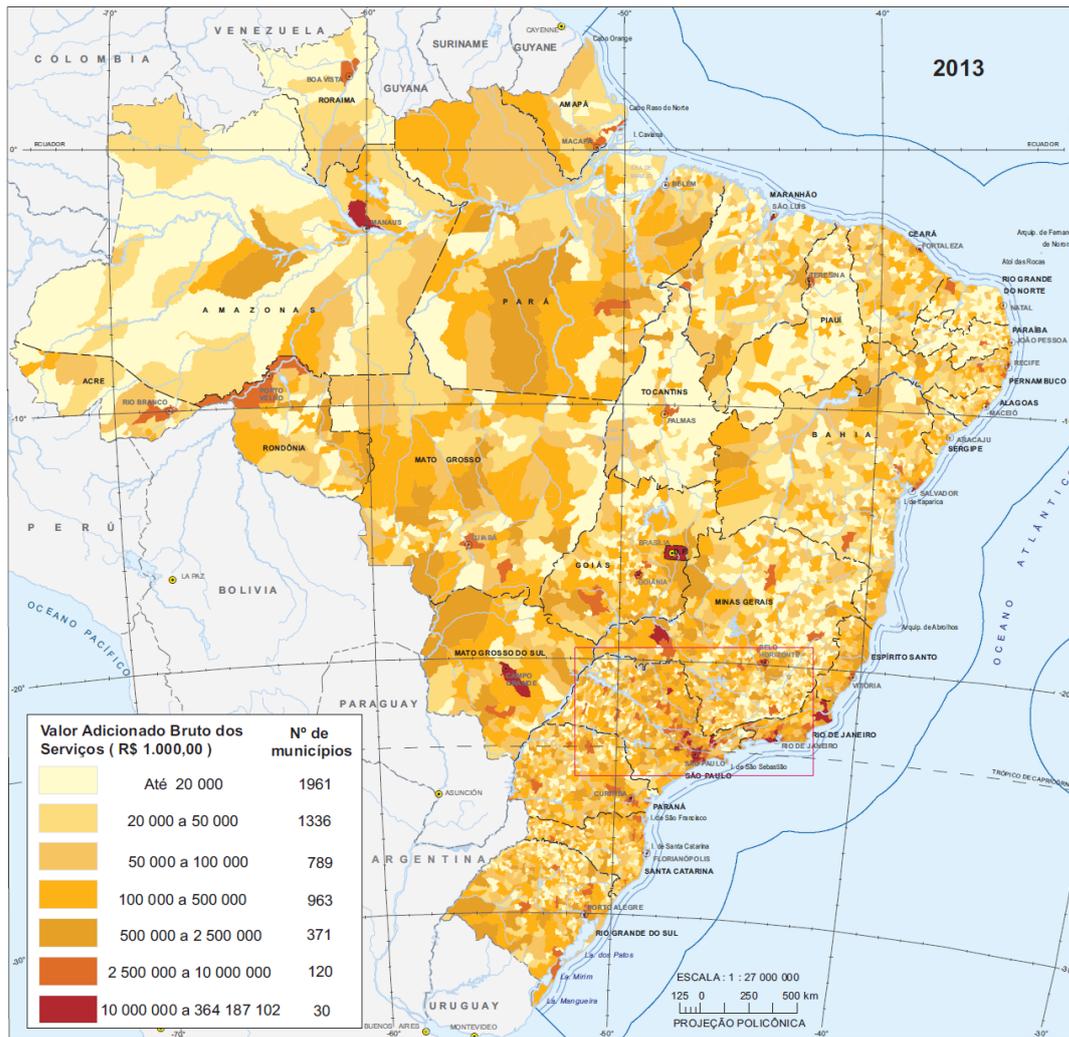
## Valor adicionado bruto dos Serviços

A análise a seguir aborda o valor adicionado bruto do setor de Serviços exclusive o valor adicionado bruto dos serviços de Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto dos Serviços (Gráfico 1) ficou acima do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2013, para essa atividade, foi de 0,90. Em toda a série, o único índice, por Unidade da Federação, maior do que o do País pertencia ao Estado do Amazonas (0,94) e São Paulo (0,90). O menor índice foi do Estado de Mato Grosso do Sul 0,78. No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidade da Federação.

O Cartograma 7 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuíam valor adicionado bruto dos Serviços elevado, com 45,7% dos municípios nas três maiores faixas da distribuição. No Estado do Piauí, Tocantins e Paraíba, com 79,0%, 74,8 e 70,9%, respectivamente, dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

**Cartograma 7 - Valor adicionado bruto dos Serviços – 2013**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

A Tabela 13 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa<sup>7</sup> no valor adicionado bruto dos Serviços do País, de 2010 a 2013. Os três maiores municípios que agregavam até 25,0% do valor adicionado bruto dos Serviços, foram, São Paulo (SP), 15,0%; Rio de Janeiro (RJ), 6,0%; e Brasília (DF), 3,0%. Esta faixa concentrava 10,5% da população brasileira em 2013.

Em 2013, com 34 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado bruto dos Serviços e a 26,5% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 126 municípios que pertenciam à última faixa respondiam por 1,0% do valor adicionado bruto dos Serviços e concentravam 7,0% da população. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços podem ser observados na Tabela de resultados 7.

**Tabela 13 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil - 2010-2013**

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
<b>2010</b>						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	26	0,5	15,6	28	0,5	24,8
De 50% a 75%	150	2,7	21,3	178	3,2	46,1
De 75% a 95%	1202	21,6	30,7	1380	24,8	76,8
De 95% a 99%	1984	35,7	15,6	3364	60,4	92,4
De 99% a 100%	2201	39,6	7,6	5565	100,0	100,0
<b>2011</b>						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	28	0,5	16,4	30	0,5	25,5
De 50% a 75%	157	2,8	21,7	187	3,4	47,3
De 75% a 95%	1227	22,0	30,0	1414	25,4	77,3
De 95% a 99%	1981	35,6	15,4	3395	61,0	92,7
De 99% a 100%	2170	39,0	7,3	5565	100,0	100,0
<b>2012</b>						
Até 25%	3	0,1	10,5	3	0,1	10,5
De 25% a 50%	29	0,5	15,7	32	0,6	26,2
De 50% a 75%	165	3,0	21,8	197	3,5	48,0
De 75% a 95%	1244	22,4	29,8	1441	25,9	77,8
De 95% a 99%	1976	35,5	15,1	3417	61,4	92,9
De 99% a 100%	2148	38,6	7,1	5565	100,0	100,0
<b>2013 (2)</b>						
Até 25%	3	0,1	10,5	3	0,1	10,5
De 25% a 50%	31	0,6	16,0	34	0,6	26,5
De 50% a 75%	172	3,1	22,0	206	3,7	48,5
De 75% a 95%	1270	22,8	29,6	1476	26,5	78,1
De 95% a 99%	1968	35,3	14,8	3444	61,8	93,0
De 99% a 100%	2126	38,2	7,0	5570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

<sup>7</sup> Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do País ordenada de forma decrescente.

Na Tabela 14, é apresentado o valor adicionado bruto dos Serviços para as capitais brasileiras.

A geração do valor adicionado dos Serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 39,6%, em 2013. Dos 34 municípios que agregavam metade do valor adicionado bruto dos Serviços, 17 correspondiam a capitais.

Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços do País, em 2013, obteve-se 25 municípios. A Tabela 15 mostra a participação destes municípios de 2010 a 2013 e a diferença absoluta entre os anos de 2013 e 2012.

**Tabela 14 - Valor adicionado bruto dos Serviços total, participação relativa e posição dos municípios, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2013**

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Valor adicionado bruto dos Serviços		
	Total (1000 R\$)	Participação relativa (%)	Posição dos municípios
São Paulo/SP	364 187 102	15,0	1*
Rio de Janeiro/RJ	144 837 385	6,0	2*
Brasília/DF	73 351 468	3,0	3*
Belo Horizonte/MG	45 651 221	1,9	4*
Curitiba/PR	42 164 530	1,7	5*
Porto Alegre/RS	36 160 987	1,5	7*
Salvador/BA	31 478 672	1,3	8*
Fortaleza/CE	28 204 759	1,2	10*
Recife/PE	26 066 571	1,1	12*
Goiânia/GO	23 016 147	1,0	14*
Manaus/AM	22 356 428	0,9	15*
Belém/PA	14 379 174	0,6	20*
São Luís/MA	11 294 799	0,5	28*
Natal/RN	11 124 420	0,5	29*
Campo Grande/MS	10 477 806	0,4	30*
Vitória/ES	9 520 736	0,4	32*
Cuiabá/MT	8 899 880	0,4	34*
Maceió/AL	8 867 097	0,4	37*
Florianópolis/SC	8 558 471	0,4	41*
Teresina/PI	7 655 758	0,3	44*
Aracaju/SE	7 439 432	0,3	46*
João Pessoa/PB	7 055 969	0,3	47*
Porto Velho/RO	4 602 815	0,2	72*
Macapá/AP	3 592 607	0,1	98*
Rio Branco/AC	3 242 401	0,1	111*
Palmas/TO	2 757 223	0,1	130*
Boa Vista/RR	2 613 100	0,1	143*

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: Dados sujeitos a revisão. Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Em relação a 2012, ocorreu ganho de participação no valor adicionado bruto dos Serviços em Rio de Janeiro (RJ) e Manaus (AM). A capital do Estado de São Paulo foi a que mais perdeu participação, seguida dos municípios de Brasília (DF).

A capital do Estado do Rio de Janeiro, polo de Serviços, ganhou participação especialmente nos segmentos comércio, atividades imobiliárias e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares. O ganho de participação do município de Manaus (AM) deveu-se principalmente ao segmento comércio.

**Tabela 15 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto dos Serviços, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010-2013**

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação no valor adicionado bruto dos Serviços (%)				Diferença absoluta 2012/2013 (%)
	2010	2011	2012	2013 (1)	
Rio de Janeiro/RJ	6,2	6,1	5,9	6,0	0,1
Manaus/AM	0,9	0,9	0,9	0,9	0,1
Curitiba/PR	1,9	1,8	1,7	1,7	0,0
Guarulhos/SP	1,0	1,0	1,0	1,1	0,0
Jundiaí/SP	0,7	0,7	0,8	0,8	0,0
Salvador/BA	1,4	1,3	1,3	1,3	0,0
Duque de Caxias/RJ	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0
Santos/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Contagem/MG	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Barueri/SP	1,1	1,1	1,1	1,1	0,0
Campinas/SP	1,1	1,2	1,2	1,2	0,0
Santo André/SP	0,6	0,5	0,6	0,6	0,0
São José dos Campos/SP	0,6	0,6	0,6	0,5	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
Recife/PE	1,1	1,1	1,1	1,1	0,0
Fortaleza/CE	1,2	1,2	1,2	1,2	0,0
Porto Alegre/RS	1,6	1,5	1,5	1,5	0,0
Campos dos Goytacazes/RJ	0,6	0,7	0,7	0,7	0,0
Belo Horizonte/MG	2,0	1,9	1,9	1,9	0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,7	0,6	-0,1
Osasco/SP	1,8	1,7	1,6	1,6	-0,1
Goiânia/GO	1,0	1,0	1,0	1,0	-0,1
Brasília/DF	3,4	3,2	3,1	3,0	-0,1
São Paulo/SP	16,4	16,0	15,6	15,0	-0,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O segmento dos serviços de intermediação financeira foi o principal responsável pela perda de participação dos municípios no valor adicionado bruto dos Serviços. A perda de participação dos municípios paulistas de São Paulo e Osasco estava relacionada com o desempenho, abaixo da média da economia, dos serviços de intermediação financeira e dos serviços de informação. Em relação ao ano anterior, Brasília (DF) perde participação principalmente nos segmentos comércio e intermediação financeira. A perda de participação do município de Goiânia (GO) ocorreu no comércio, especialmente no segmento de automóveis e de peças para veículos e varejista; nos serviços de intermediação financeira e nos serviços de educação mercantil. Belém (PA) perdeu peso nos segmentos do comércio varejista e dos demais serviços.

## **Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social**

Como mencionado anteriormente, a importância da atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social na economia municipal pode ser aferida pela elevada participação no valor adicionado bruto de grande parte dos municípios.

O valor adicionado bruto era mais concentrado do que o da Agropecuária, entretanto, quando comparado ao da Indústria e ao do total dos Serviços, era menos concentrado. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado bruto de 2013, foi de 0,75. Os maiores índices, 0,79 e 0,76, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, enquanto o menor, ao Estado do Maranhão 0,53. No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidade da Federação.

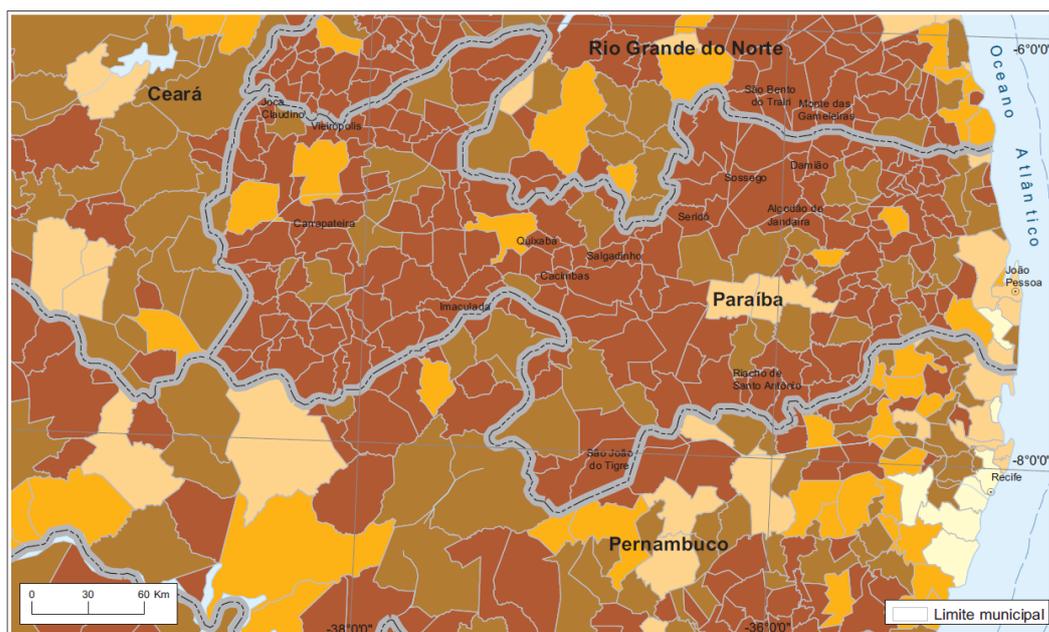
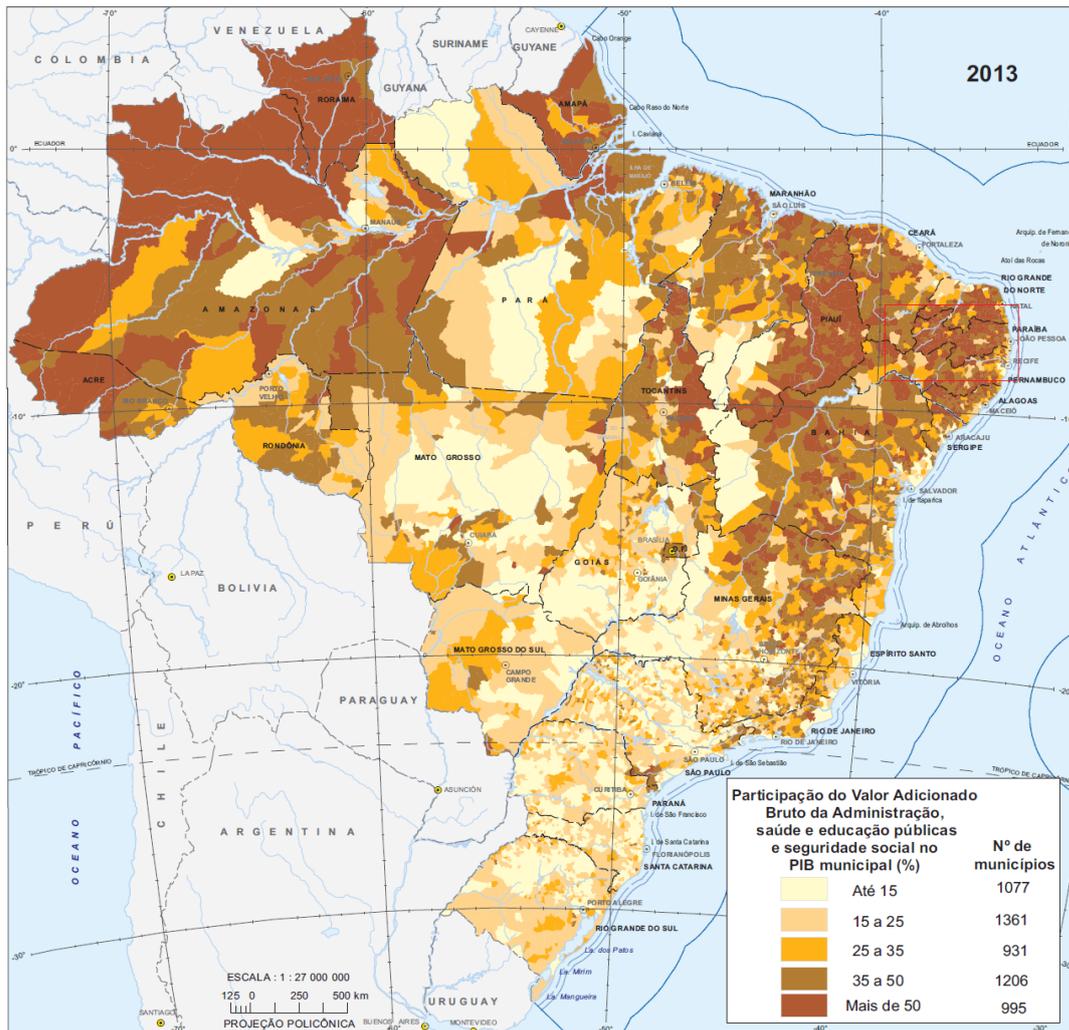
Dos 5 570 municípios brasileiros, 2 349 (42,2%) tinham mais do que  $\frac{1}{3}$  da sua economia dependente dessa atividade.

Em 2010, o peso do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB do Brasil foi de 13,8%; em 2011, 13,7%; em 2012, 13,6%; e, em 2013, 14,0%. A Tabela 16 apresenta, por Unidades da Federação, o percentual do número de municípios em que a participação desse segmento era superior a  $\frac{1}{3}$  do PIB, em relação ao número de municípios na respectiva Unidade da Federação. Observa-se que os municípios com grande dependência da máquina administrativa na sua economia estavam localizados nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Em 2013, o município de Guamaré tinha praticamente todo valor adicionado gerado pela atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Três municípios apresentaram participação dessa atividade em relação ao PIB superior a 75,0%, em 2013: Uiramutã (RR), 87,6%; São José de Princesa (PB), 84,3%; Santo Antônio dos Milagres (PI), 76,5%.

O Cartograma 8 mostra a distribuição da participação desse segmento nos municípios em relação ao PIB. Ressalta-se a importância da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social nas Regiões Norte e Nordeste do País.

**Cartograma 8 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município – 2013**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

**Tabela 16 - Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação, segundo as respectivas Unidades da Federação - 2013**

Unidades da Federação	Número total de municípios da Unidade da Federação	Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação (%)
Rondônia	52	63,5
Acre	22	86,4
Amazonas	62	83,9
Roraima	15	100,0
Pará	144	51,4
Amapá	16	93,8
Tocantins	139	77,7
Maranhão	217	77,9
Piauí	224	93,8
Ceará	184	74,5
Rio Grande do Norte	167	80,2
Paraíba	223	93,3
Pernambuco	185	75,7
Alagoas	102	78,4
Sergipe	75	70,7
Bahia	417	68,1
Minas Gerais	853	45,6
Espírito Santo	78	24,4
Rio de Janeiro	92	43,5
São Paulo	645	9,6
Paraná	399	1,8
Santa Catarina	295	2,4
Rio Grande do Sul	497	2,2
Mato Grosso do Sul	79	11,4
Mato Grosso	141	24,1
Goiás	246	15,9
Distrito Federal	1	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

A Administração, saúde e educação públicas e seguridade social registrou peso superior a 50% em todos os municípios de Roraima, com exceção apenas do município de Bonfim com 49,1% e da capital, Boa Vista, com 37,8%. A Tabela de resultados 8 apresenta a posição ocupada, em 2013, pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto deste segmento.

Considerando-se as capitais, observa-se que o peso da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi inferior ao peso nacional em 15 delas, como pode ser notado na Tabela 17. Destacam-se as capitais com os menores pesos deste segmento em suas economias: São Paulo (SP), 6,3%; Vitória (ES), 7,4% e Curitiba (PR), 8,3%.

**Tabela 17 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao Produto Interno Bruto e participação da população em relação ao Brasil e à Unidade da Federação, em ordem decrescente - 2010-2013**

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município (%)				Participação da população em 2013 (%) (1)	
	2010	2011	2012	2013 (2)	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	37,4	38,5	36,7	38,1	1,4	100,0
Boa Vista/RR	37,5	38,5	38,7	37,8	0,2	63,3
Macapá/AP	39,7	38,9	37,3	37,1	0,2	59,5
Rio Branco/AC	24,3	24,6	24,9	26,5	0,2	46,0
Palmas/TO	20,2	22,4	22,8	23,1	0,1	17,4
Porto Velho/RO	17,9	16,5	17,3	20,1	0,2	28,1
João Pessoa/PB	18,2	18,8	18,2	19,4	0,4	19,7
Campo Grande/MS	17,0	16,7	16,8	18,2	0,4	32,2
Teresina/PI	16,5	16,3	16,6	17,4	0,4	26,3
Aracaju/SE	17,7	16,6	15,9	15,9	0,3	28,0
Maceió/AL	15,1	14,8	14,7	15,7	0,5	30,2
Natal/RN	16,3	16,9	15,8	15,6	0,4	25,3
Belém/PA	12,9	12,7	12,2	13,6	0,7	17,9
Cuiabá/MT	12,9	13,4	12,7	13,4	0,3	17,9
Rio de Janeiro/RJ	13,0	13,5	13,1	13,2	3,2	39,3
Fortaleza/CE	12,8	12,6	11,6	12,6	1,3	29,1
Florianópolis/SC	11,4	11,1	11,1	12,2	0,2	6,8
Salvador/BA	10,6	11,0	11,3	11,8	1,4	19,2
Goiânia/GO	11,2	11,2	11,2	11,8	0,7	21,7
Belo Horizonte/MG	10,2	10,1	9,9	10,4	1,2	12,0
Recife/PE	11,2	10,7	10,3	10,2	0,8	17,4
São Luís/MA	10,3	9,9	9,7	10,2	0,5	15,5
Manaus/AM	9,0	9,1	10,2	10,0	1,0	52,1
Porto Alegre/RS	9,6	9,3	9,0	9,8	0,7	13,1
Curitiba/PR	7,4	7,5	8,1	8,3	0,9	16,8
Vitória/ES	6,1	5,6	6,4	7,4	0,2	9,1
São Paulo/SP	6,0	5,9	5,9	6,3	5,9	27,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.